

COMPORTAMENTO ECONÔMICO E SENTIMENTOS MORAIS*

AMARTYA SEN **

Em versos não inteiramente destituídos de valor, Edmund Clerihew Bentley escreveu o seguinte sobre um grande autor da economia – ou de economia política, como se dizia na sua época:

*John Stuart Mill
By a mighty effort of will
Overcame his natural bonhomie
And wrote "Principles of Political Economy"****

Sem dúvida John Stuart Mill deveria ser congratulado por ter eficientemente controlado sua bondade natural, mas não nos parece muito claro por que deveríamos parabenizar a Economia Política pela exigência que, ao que se diz, ela faz, e que poderia ser resumida pelo verso de Dante: "Vós que entraís,

* Este é o primeiro capítulo do livro *On Ethics and Economics*, publicado por Basil Blackwell, Oxford, 1990, que reúne as três Conferências Royer (*Royer Lectures*), proferidas pelo autor na Universidade da Califórnia em Berkeley em abril de 1986. As duas Conferências subsequentes intitulam-se "Avaliação Econômica e Filosofia Moral" e "Liberdade e Conseqüências".

** Tradução de Regis de Castro Andrade.

*** John Stuart Mill

Mediante um grande esforço de vontade
Superou sua natural bonomia
E escreveu os Princípios da Economia Política

abandonai toda esperança!"**** Talvez ao economista como pessoa devamos conceder uma dose moderada de bonomia, contanto que nos seus modelos econômicos mantenha as motivações humanas puras, simples e práticas, não contaminadas por fatores tais como boa vontade ou sentimentos morais.

Embora essa visão da economia seja amplamente difundida (e não sem razão, visto como evoluiu a economia moderna), há no entanto algo de extraordinário no fato de que a economia tenha evoluído dessa maneira, caracterizando as motivações humanas em termos tão espetacularmente estreitos. Uma das razões por que isso é extraordinário é que a economia deve, supostamente, tratar de pessoas reais. É difícil acreditar que pessoas reais não sejam minimamente afetadas pelo alcance do auto-exame induzido pela questão socrática: "Como se deve viver?" – uma questão motivacional central da ética, como arguiu recentemente Bernard Williams (1985). Serão as pessoas estudadas pela economia tão insensíveis a essa persistente questão, aferrando-se à praticidade que lhes atribui a economia moderna?

Uma outra característica surpreendente é o contraste entre o caráter conscientemente não-ético da economia moderna e o fato de que ela evoluiu historicamente como uma derivação da ética. Não apenas o assim chamado "pai da economia moderna", Adam Smith, era professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow (uma cidade pragmática, admitamos), como o tema da economia foi por muito tempo considerado um ramo da ética. O fato de que até recentemente a economia era ensinada em Cambridge como uma simples parte do diploma de Ciência Moral é apenas mais um exemplo do diagnóstico tradicional a respeito da natureza da economia. De fato, quando Lionel Robbins, nos anos 30, em seu influente livro *Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, sustentava que "não parece lógico associar os dois estudos (economia e ética) em qualquer outra forma que não seja a mera justaposição"¹, ele assumia uma posição muito inusual naquele tempo, embora muito na moda hoje em dia.

**** "Inferno", Canto Terceiro, 9 (N.T.)

¹Robbins (1935, p. 148). Robbins sabia, é claro, que contrariava concepções geralmente aceitas.

DUAS ORIGENS

Pode-se arguir que a economia tem duas origens, ambas relacionadas, embora de maneira diferente, com a política; uma delas diz respeito à "ética", a outra ao que poderíamos denominar "engenharia" (*engineering*). A tradição relacionada à ética retrocede no tempo, pelo menos até Aristóteles. No início da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles vincula o tema da economia às finalidades humanas, na medida em que estas incluíam a riqueza. Ele considera a política a "arte mestra". A política deve utilizar-se do "restante das ciências", incluindo-se aí a economia, e "posto que ela legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência tem de incluir a finalidade das outras, de tal maneira que sua finalidade deve ser o bem para o homem". O estudo da economia, embora imediatamente relacionado com a busca da riqueza, vincula-se, num nível mais profundo, com outros estudos, que envolvem a avaliação e a promoção de outros objetivos básicos. "A vida dedicada a ganhar dinheiro é vivida sob compulsão, e a riqueza não é, evidentemente, o bem que buscamos, pois a riqueza é meramente útil para a consecução de outra coisa."² A economia relaciona-se em última análise ao estudo da ética e da política; esse ponto de vista é desenvolvido por Aristóteles na *Política*³.

Nesse contexto não é possível dissociar o estudo da economia da ética e da filosofia política. Vale a pena observar, em particular, que nesse enfoque há duas questões centrais que são fundacionais para a economia. Em primeiro lugar, há o problema da motivação humana relacionado à questão ética geral "Como se deve viver?". Enfatizar essa conexão não é o mesmo que afirmar que as pessoas sempre agirão de maneiras moralmente sustentáveis por elas próprias; trata-se apenas de reconhecer que deliberações éticas não podem ser de todo incoseqüentes no comportamento humano. A essa associação denominarei a "visão da motivação relacionada à ética".

² *The Nicomachean Ethics*, I 1-1 5; na tradução para o inglês de Ross (1980, pp. 1-7).

³ Na sua discussão do papel do Estado na economia, Aristóteles não perde de vista o fato de que "a qualidade do Estado" é "a promoção comum da vida de boa qualidade" (*Politics*, III ix; na tradução para o inglês de Barker, 1958, p. 117). Ver também *Politics*, I. viii-x.

A segunda questão concerne à avaliação do que é desejável socialmente. Aristóteles associou essa questão à conquista do "bem para o homem", mas observou algumas características especialmente agregativas nessa reflexão: "embora seja meritório alcançar a finalidade apenas para um homem, é melhor e mais próximo dos deuses atingi-la para uma nação ou para Cidades – Estado" (*Ética a Nicômaco*, l. 2; Ross, 1980, p. 2). Tal "visão do bem social relacionada a ética" não pode interromper a avaliação num ponto arbitrário, como satisfazer a "eficiência". A avaliação tem de ser mais plenamente ética, e basear-se numa visão mais ampla do "bem". Esse ponto é de novo importante no contexto da economia moderna, especialmente no da economia do bem-estar.

A primeira das origens da economia, relacionada à ética e a uma visão ética da política, aponta, assim, para certas tarefas irrenunciáveis. Examinarei, mais adiante, a questão de saber em que medida a economia moderna foi capaz de cumprir essas tarefas. Antes disso, porém, quero dizer algo sobre a *outra* origem da economia, relacionada ao enfoque da "engenharia". Esse enfoque caracteriza-se por preocupar-se principalmente com questões logísticas, e não com fins últimos, com o que favoreceria o "bem do homem" ou com a questão "como se deve viver?". Quanto aos fins, supõe-se, sem mais, que sejam dados; o objeto da reflexão é definir os meios mais adequados a alcançá-los. Admite-se, tipicamente, que o comportamento humano é baseado em motivos simples e facilmente caracterizáveis.

O enfoque da "engenharia" provém de vários pontos de origem, inclusive de alguns engenheiros, como Leon Walras, um economista francês do século XIX que contribuiu bastante para a solução de problemas relativos ao funcionamento dos mercados. Houve muitos outros autores que trabalharam antes dele nessa tradição. Mesmo contribuições do século XVII, como a de William Petty, que é considerado, com justiça, um pioneiro da economia quantitativa, adotava um ponto de vista logístico, o que, de resto, não era estranho ao interesse de Petty nas ciências naturais e mecânicas.

O enfoque da "engenharia" vincula-se também aos estudos econômicos que se desenvolveram das análises técnicas da arte de conduzir os negócios do Estado. De fato, no que foi com certeza o primeiro livro jamais escrito sob um título parecido a "economia" – o livro de Kantilya chamado

Arthasāstra, que traduzido do sânscrito seria algo parecido com "instruções a respeito da prosperidade material" – o enfoque logístico aplicado à condução dos negócios do Estado é predominante. Kantilya, que escreveu no século IV A.C., era conselheiro e ministro do imperador indiano Chandragupta, o fundador da dinastia Mauryana (e avô do bem mais conhecido Asóka).⁴ O tratado começa, no primeiro capítulo, pela distinção entre as "quatro áreas do conhecimento", incluindo (1) a metafísica e (2) o conhecimento do certo e do errado, passando, a partir daí, à discussão de modalidades mais práticas do conhecimento, ligadas (3) à "ciência do governo" e (4) à "ciência da riqueza".

Discutindo uma grande variedade de problemas práticos, como "a construção de aldeias", "a classificação das terras", "a cobrança de impostos", "registro contábil", "as normas de tributação", "as manobras diplomáticas", a "estratégia para Estados vulneráveis", "o pacto de colonização", "a influência sobre partidos de um Estado inimigo", "o emprego de espíões", "o controle de apropriações indébitas por parte de funcionários", etc., discutindo tudo isso, o tratado volta-se claramente para problemas de "engenharia". As motivações dos seres humanos são especificadas em termos bastante simples, envolvendo, *inter alia*, a mesma falta de bonomia que caracteriza a moderna economia. Não se atribui a considerações éticas mais profundas um papel importante na análise do comportamento humano. Nem a questão socrática, nem as questões aristotélicas estão presentes nesse antigo documento econômico, escrito por um contemporâneo de Aristóteles.

Dada a natureza da economia, não é de surpreender que tanto a origem relacionada à ética como aquela que se baseia na engenharia seja, cada uma a sua maneira, convincente. Eu gostaria de argumentar que as profundas questões levantadas pela visão ética da motivação e do bem-estar social têm de assumir um lugar importante na economia moderna, embora o enfoque da engenharia tenha, inegavelmente, muito a oferecer a esse ramo do conhecimento. Com efeito, os dois enfoques estão presentes,

⁴ Há divergências sobre a data exata do *Arthasāstra*. A versão que conhecemos deve ter sido escrita alguns séculos depois; e refere-se a Kantilya na terceira pessoa, citando-o, presumivelmente, a partir de uma versão mais antiga da sua obra. Para traduções para o inglês ver Ramaswamy (1962) e Shama Sastry (1967). Ver também Krishna Rao (1979) e Sil (1985).

em proporções variáveis, na obra dos grandes economistas. Obviamente, as questões éticas são mais levadas a sério por uns do que por outros. Elas tem mais importância, por exemplo, nos escritos de Adam Smith, John Stuart Mill (a despeito do que diz Bentley), Karl Marx ou François Edgeworth do que, por exemplo, nos de William Petty, François Quesnay, David Ricardo, Augustin Cournot ou Leon Walras, autores esses que se preocuparam mais com os problemas logísticos e de engenharia da economia.

Nenhuma das orientações é claro, encontra-se em estado puro; refiro-me a diferentes combinações dos dois enfoques na economia. Realmente, muitos expoentes pelo enfoque ético, de Aristóteles a Adam Smith, preocuparam-se profundamente com as questões de engenharia, no âmbito geral da reflexão ética. Pode-se argumentar que a importância do enfoque ético enfraqueceu-se substancialmente no processo de desenvolvimento da economia moderna. A metodologia da assim chamada "economia positiva" manteve-se à distância da análise normativa; além disso, ela levou à ignorância de várias questões complexas que afetam o comportamento humano e que, do ponto de vista dos economistas que estudam tal comportamento, são mais questões de fato que de avaliações normativas. Examinando as publicações sobre economia nos nossos dias, é impossível não perceber a recusa da análise normativa profunda, e o desprezo da influência de considerações éticas na caracterização do comportamento humano real.

CONQUISTAS E FRAQUEZAS

A meu ver, a economia moderna empobreceu-se substancialmente em razão da distância que se abriu entre economia e ética⁵. Tentarei, no que segue, analisar a natureza desse empobrecimento e o desafio que ele coloca. Para evitar mal-enten-

⁵Esse é o foco do presente trabalho, isso não quer dizer que eu sustente a idéia de que essa é a única grande fonte de dificuldade na economia moderna. Indicações de vários outros tipos de problemas encontram-se em Kornai (1971, 1985), Ward (1972), Hicks (1979, 1983), Hahn e Hollis (1979), Simon (1979), Blaug (1980), Pitt (1981), Nelson e Winter (1982), Akerlof (1984), Helm (1984, 1985), Matthews (1984), McCloskey (1985). A respeito de questões metodológicas relacionadas ao tema, ver também Robinson (1962), Latsis (1976), Bell e Kristol (1981), Dyke (1981), A.K. Dasgupta (1984), Steedman e Krause (1986) e Woo (1986).

didos, porém, gostaria de fazer dois esclarecimentos antes de prosseguir.

Em primeiro lugar, não quero dizer que o enfoque da "engenharia" não tenha sido frutífero. Creio que muitas vezes foi frutífero. Muitas questões econômicas foram melhor compreendidas devido, precisamente, à ampla utilização do enfoque da engenharia.

Essas contribuições foram possíveis a despeito do desprezo do enfoque ético, pois há importantes questões econômicas logísticas que requerem atenção, e que podem ser eficientemente tratadas dentro de certos limites, mesmo no âmbito de uma visão estreitamente construída da motivação e comportamento humanos. Para dar apenas uma exemplo, o desenvolvimento da "teoria formal do equilíbrio geral", que trata da produção e trocas no mercado, descobriu importantes inter-relações que demandam análises técnicas de alta sofisticação. Embora muitas vezes abstratas, não apenas porque caracterizam as instituições sociais de maneira simples, mas também porque definem os seres humanos em termos muito estreitos, essas teorias sem dúvida tornaram mais fácil entender a natureza da interdependência social. Essa interdependência é um dos aspectos mais complexos da economia em geral, e as descobertas dessas análises teóricas mostraram-se úteis mesmo no tratamento de problemas práticos corriqueiros.

Essas análises são úteis, por exemplo, no entendimento das causas dos problemas tragicamente reais da fome no mundo moderno. O fato de que a fome pode ocorrer mesmo em situações de disponibilidade alta e crescente de comida pode ser melhor entendido se considerarmos padrões de interdependência enfatizados pela teoria do equilíbrio geral. Damos-nos conta, em particular, que a fome não tem muito a ver com a oferta de alimentos; ela tem causas anteriores, situadas em outro ponto da economia, e que se relacionam à interdependência econômica geral (sobre esse ponto, ver Sen, 1981a).

O ponto importante aqui não é apenas mostrar que modelos teóricos muito abstratos podem apresentar considerável relevância prática – o que é bastante óbvio – mas enfatizar que mesmo uma caracterização estreita da motivação humana, que não leve em conta considerações éticas, pode contribuir para o entendimento da natureza de muitas relações sociais relevantes na economia. Não defendo, portanto, o ponto de vista de que o

enfoque não-ético seja improdutivo. Pretendo, antes, sustentar que a economia pode tornar-se mais esclarecedora se prestar uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. Não é minha intenção ignorar o que tem sido, ou está sendo conseguido, mas, definitivamente, pedir que se vá mais além.

O segundo esclarecimento diz respeito à dupla natureza do empobrecimento, resultante da distância que se abriu entre economia e ética. Até aqui concentrei-me em mostrar o que a economia tende a perder ao negligenciar a visão ética da motivação e da realização social. Direi mais sobre isso nesta conferência e nas subseqüentes. Mas eu também gostaria de dizer que algo dos métodos normalmente empregados pela economia, relacionados, *inter alia*, como sua dimensão de "engenharia", pode ser útil também à ética moderna, assim, a distância que se abriu entre a economia e a ética prejudicou também esta última.

Com efeito, se é verdade que as questões aristotélicas referidas acima são temas importantes de reflexão para os economistas, é preciso, ao mesmo tempo, ter presente que a questão do papel da economia foi levantada por Aristóteles principalmente no âmbito de um ampla exposição sobre a ética e a política (*Ética a Nicômaco*, Livro I). Os temas econômicos podem ser extremamente importantes para as questões éticas, inclusive para a discussão da questão socrática "como se deve viver?".

Afora a importância direta da economia no melhor entendimento da natureza de algumas questões éticas, devemos ainda observar que, metodologicamente, algumas das proposições utilizadas pela economia no tratamento dos problemas de interdependência podem ser de substancial importância no exame de problemas éticos complexos, mesmo quando variáveis econômicas não estão envolvidas.

Recentemente, alguns autores dedicados à filosofia moral enfatizaram – com razão a meu juízo – a importância *intrínseca* de muitas considerações às quais a escola dominante do pensamento ético, o utilitarismo, atribui um valor apenas instrumental. A aceitação dessa importância intrínseca, contudo, não reduz a necessidade de análises instrumentais e consequen-

ciais*, porquanto variáveis intrinsecamente importantes podem *também* ser instrumentais em influenciar outras coisas intrinsecamente importantes. É na análise de interdependências complexas que a reflexão econômica, influenciada pelo enfoque da "engenharia", fez progressos substanciais. Levando-se isso em conta, a ética pode beneficiar-se das reflexões do tipo das utilizadas na economia. Teremos a oportunidade de voltar ao tema na terceira conferência, onde discutirei a natureza e a importância da análise consequencial.

COMPORTAMENTO ECONÔMICO E RACIONALIDADE

No restante desta conferência, tratarei primeiramente da questão do comportamento e motivação econômicos. A premissa do "comportamento racional" desempenha um papel central na economia moderna. Presume-se que os seres humanos comportem-se racionalmente, e dada essa premissa, a caracterização do comportamento racional não difere, em última análise, do comportamento real.

Defrontamo-nos aqui com uma questão substancial, pois pode-se perguntar se faz sentido abordar o problema de prever o comportamento real utilizando-se o conceito de racionalidade como "intermediário". Mesmo que a caracterização do comportamento racional nos textos padrão de economia fosse aceita como correta, poderia não fazer necessariamente sentido presumir que as pessoas se comportam realmente segundo aquela caracterização. Há muitas dificuldades óbvias nesse modo de proceder, especialmente porque, como é claro, nós todos cometemos erros, agimos tentativamente, confundimo-nos e assim por diante. Com certeza o mundo inclui Hamlets, Macbeths, Lears e Otelos. Os tipos friamente racionais podem habitar nossos livros, mas o mundo é mais rico.

* N.T.: A noção de "análise consequencial" é desenvolvida na terceira conferência intitulada "Liberdade e Consequências". O autor fez ali as seguintes observações: *"Para obter uma avaliação de conjunto da qualidade ética de uma atividade é necessário não apenas examinar seu valor intrínseco (se tem algum), mas também seu papel instrumental e suas consequências sobre outras coisas, isto é, examinar as várias consequências intrinsecamente valiosas ou não que essa atividade pode ter"* (p. 75).

É possível, com certeza, fundar uma crítica da economia moderna na identificação do comportamento real ao comportamento racional, e tal crítica foi, com efeito, vigorosamente apresentada⁶. Em defesa da premissa da identidade poderíamos argumentar que, embora ela possa levar a erros, a alternativa, que consiste em presumir um tipo *particular* qualquer de irracionalidade, levaria a erros ainda maiores. Essa questão é profunda, e por ora deixo a discussão no ponto em que está, para retomá-la mais adiante nesta conferência.

Antes de prosseguir, convém fazer duas observações preliminares. Em primeiro lugar, é possível que uma certa visão da racionalidade possa admitir padrões alternativos do comportamento, e se esse for o caso a premissa do comportamento racional *de per sí* não serviria para especificar o comportamento real "requerido", mesmo quando os objetivos últimos e as restrições sejam plenamente definidos. Em segundo lugar, a questão da identificação do comportamento real ao comportamento racional (como quer que tenhamos definido "racionalidade" e "comportamento") deve ser diferenciada da questão do conteúdo do comportamento racional como tal. As duas questões são ligadas, mas são, no entanto, muito diferentes uma da outra. Como observei acima, na teoria econômica padrão, com frequência essas duas características foram utilizadas de maneira complementar. As duas em conjunto foram utilizadas para caracterizar a natureza do comportamento real por meio de dois processos interligados: (1) a identificação do comportamento real ao comportamento racional e (2) a especificação da natureza do comportamento racional em termos estreitos.

RACIONALIDADE COMO COERÊNCIA

Como o comportamento racional é caracterizado na teoria econômica padrão? Há dois métodos predominantes de definir a racionalidade de comportamento na teoria econômica predominante. Uma é defini-la como *coerência* interna de escolhas; a outra é defini-la com a maximização do interesse próprio.

⁶Ver, em particular, Hirschman (1970, 1982), Kornai (1971) Scitovsky (1976), Simon (1979), Elster (1983), Schelling (1984), Steedman e Krause (1986).

Quanto ao primeiro: o requisito da coerência pode variar, mas normalmente ele é relacionado – direta ou indiretamente – à sua capacidade de explicar o conjunto de escolhas reais resultantes da maximização segundo alguma relação binária. Em algumas formulações, requer-se apenas um tipo limitado de binariedade, ao passo que em outras considera-se a função de escolha inteiramente representável por uma relação binária que Richter (1971) denomina "racionalizabilidade". Em formulações mais exigentes, requer-se que a relação binária seja plenamente transitiva, e num grau ainda maior de exigência, que ela seja representável por uma função numérica que, presume-se, a pessoa trate de maximizar⁷.

Este não é o momento de examinar as diferenças analíticas entre os diferentes requisitos da coerência interna, ou investigar o grau de congruência que têm, de fato, algumas condições aparentemente distintas de coerência⁸. Quaisquer que sejam essas condições, contudo, é difícil acreditar que a consistência interna das escolhas seja, em si mesma, uma condição adequada da racionalidade. Se uma pessoa faz exatamente o oposto do que deveria para conseguir o que quer, e faz isso com perfeita coerência interna (sempre escolhendo exatamente o oposto do que favoreceria a ocorrência do que ela quer ou valoriza), dificilmente se poderia considerá-la racional, mesmo que sua obstinada coerência provoque uma espantada admiração em quem a observa. A escolha racional tem de responder a alguma exigência, pelo menos, no que diz respeito à correspondência entre o que se quer e o que se faz para obtê-lo⁹.

⁷Nem todas as ordenações completas são representáveis numericamente. Sobre isso, ver Debreu, 1959.

⁸Estudei as conexões entre essas relações em outros trabalhos (Sen, 1971, 1977a.). Ver também Hansson (1977), Richter (1971), Herzberger (197), Fishburn (1974), Kelly (1978), Suzumura (1983), Aizerman (1985) e Schwartz (1986), entre outros.

⁹É claro que a racionalidade pode exigir mais que isso; mas dificilmente pode exigir menos. Pode-se argumentar que o objetivo a realizar deva também satisfazer alguns critérios de avaliação racional (Broome 1978, Parfit 1984, Sen 1985e); nesse caso, um conceito puramente "instrumental" da racionalidade seria inadequado. Mesmo que se adote essa posição, contudo, o papel "instrumental" da escolha deve *inter alia* ser aceito. O que podemos denominar "racionalidade de correspondência" – a correspondência da escolha com os objetivos, etc. – tem de ser uma condição *necessária* da racionalidade como um todo, quer ela seja ou não também *suficiente*, isto é, quer a "racionalidade de correspondência" tenha ou não de ser suplementada por requisitos de racionalidade sobre natureza da reflexão com respeito ao que uma pessoa deveria querer, valorizar ou visar (o que denomino "racionalidade de reflexão" em Sen 1985e).

Poder-se-ia argumentar que o comportamento racional tem de *inter alia* requerer alguma coerência, embora a questão seja muito mais complexa do que muitas vezes se pensa (como mostrarei na terceira conferência). Mas a coerência em si não pode ser *adequada* para caracterizar o comportamento racional.

Tentei demonstrar em outro trabalho que mesmo a própria idéia de coerência *puramente interna* não é convincente, pois o que consideramos coerente num conjunto de escolhas observadas depende necessariamente da *interpretação* dessas escolhas e de algumas características *externas* às escolhas como tais (como por exemplo a natureza das nossas preferências, objetivos, valores, motivações). Quer essa visão "extrema", que me parece correta, seja aceita ou não, certamente é estranho pensar que a coerência interna, não importa como seja definida, possa por si só ser *suficiente* para garantir a racionalidade de uma pessoa.

Eu acrescentaria que a noção de racionalidade como coerência às vezes parece menos implausível na literatura devido à atração hipnotizante das palavras com que é apresentada. A relação binária subjacente à escolha, quando a escolha apresenta uma coerência desse tipo, tem sido às vezes descrita como a "função de utilidade" da pessoa. Seria desnecessário dizer que, por construção, considera-se que essa pessoa trata de maximizar essa "função de utilidade". Mas isso não acrescenta nada ao que já sabemos, e em particular não diz realmente nada sobre o que a pessoa tenta maximizar. Chamar a essa relação binária a "função de utilidade" da pessoa não nos diz que é a sua utilidade – em qualquer sentido independentemente definido (tal como a felicidade ou satisfação dos desejos) – que ela de fato está tentando maximizar.

INTERESSE PRÓPRIO E COMPORTAMENTO RACIONAL

Trato agora do segundo enfoque da racionalidade: o da maximização do interesse próprio. Ele se baseia na exigência de uma correspondência *externa* entre as escolhas que a pessoa faz e seu próprio interesse. A esse enfoque não se pode, certamente, fazer as críticas apresentadas à noção de racionalidade como coerência interna. Em termos de linhagem histórica, a interpre-

tação da racionalidade do ângulo do interesse próprio recua muito no tempo; ela foi uma das características marcantes da corrente principal da teoria econômica por vários séculos.

O problema desse enfoque é outro. Por que a racionalidade residiria *unicamente* na busca do interesse próprio, com exclusão de tudo o mais? Pode não ser absurdo, é claro, sustentar que a maximização do próprio interesse não é irracional – ou que pelo menos não é necessariamente irracional – mas propor que tudo o que não seja a maximização do interesse próprio é irracional parece realmente extraordinário.

O enfoque do interesse próprio envolve *inter alia* uma decidida rejeição da motivação relacionada à ética. Fazer o melhor possível para conseguir o que se quer pode ser parte da racionalidade, e isso pode incluir a promoção de objetivos não relacionados ao interesse próprio que valorizamos e queremos realizar. Considerar todo afastamento da maximização do interesse próprio como evidência da irracionalidade implica necessariamente rejeitar o papel da ética nas decisões reais das pessoas (excluindo-se, por não aceitar essa rejeição, as variantes da exótica visão moral conhecida como "egoísmo ético")¹⁰.

A estratégia metodológica de usar o conceito de racionalidade como um "intermediário" é particularmente inapropriada para sustentar a proposição de que o comportamento *real* tem de ser a maximização do interesse próprio. De fato, pode não ser tão absurdo sustentar que as pessoas sempre maximizam *realmente* seu próprio interesse quanto sustentam que a *racionalidade* exige necessária e invariavelmente a maximização do interesse próprio. O egoísmo universal como *realidade* pode não ser uma verdade; o egoísmo universal como exigência da racionalidade é evidentemente um absurdo. O complicado procedimento pelo qual se identifica interesse e racionalidade e pelo qual, em seguida, identifica-se o comportamento real com o comportamento racional parece ser totalmente contraproducente se se pretende, em última análise, argumentar razoavelmente em defesa de premissa da maximização do interesse próprio para caracterizar o comportamento *real* na teoria econômica. A tentativa de utilizar a exigência de racionalidade na luta em favor da premissa importante padrão da teoria econômica (qual seja, a

¹⁰ Para um exame crítico das diferentes versões do "egoísmo ético" ver Williams (1985), pp. 11-15).

maximização *real* do interesse próprio) assemelha-se a uma carga de cavalaria contra um jumento aleijado.

Deixando de lado a racionalidade por um momento, em que medida se sustenta a premissa da maximização do interesse próprio como caracterização do comportamento *real*? Será que o "homem econômico", buscando seus interesses, proporciona o melhor entendimento do comportamento dos seres humanos, pelo menos na esfera da economia? Na verdade, essa é a premissa padrão da economia, e não falta quem a apóie¹¹. George Stigler, por exemplo, nas suas conferências Tanner intituladas "Economia ou Ética?" (1981) fez uma defesa bem articulada da visão segundo a qual "nós vivemos num mundo de pessoas razoavelmente bem informadas agindo inteligentemente na busca dos seus próprios interesses" (p. 190).

A evidência invocada para sustentar essa crença, todavia, parece provir, em grande medida, de predições feitas pelo próprio Stigler:

"Deixem-me prever o resultado do teste sistemático e generalizado do comportamento em situações nas quais o interesse próprio e os valores éticos verbalmente prezados pelas pessoas estão em conflito. Na maior parte das vezes, a teoria do interesse próprio (tal como a interpretei segundo a visão smithiana) vencerá"¹².

¹¹ Esse ponto tem sido questionado de vários pontos de vista, que sugerem diferentes estruturas alternativas. Ver Sen (1966, 197a, 1974, 1977c), Hirschman (1970, 1977, 1982, 1984, 1985), Nagel (1970), Kornai (1971), Hollis e Nell (1975), Leibenstein (1976), Scitovsky (1976, 1985), Hirsch (1977), Ullman-Margalit (1977), Broome (1978), Collard (1978), Rose-Ackerman (1978), Schelling (1978, 1984), Wong (1978), Elster (1979, 1983), Hollis (1979, 1981), Majumdar (1980), Pattanaik (1980), Solow (1980), Winston (1980), Dyke (1981), Putterman (1981, 1986), van der Veen (1981), Akerlof e Dickens (1982), McPherson (1982, 1984), Margolis (1982), Akerlof (1983, 1984), Douglas (1983), Hindess (1983), Fröhlick e Oppenheimer (1984), George (1984), Helm (1984a), Parfit (1984), Schick (1984), Davidson (1985a), Diwan e Lutz (1985), Frank (1985), Hirschleifer (1985), Schotter (1985), Steedman e Krause (1986). A despeito dessas críticas, pode-se dizer que a premissa do comportamento puramente referido ao interesse próprio continua sendo a premissa padrão na economia, proporcionando o fundamento comportamental da teoria econômica padrão e da análise de políticas, bem como a base do que tem sido ensinado aos estudantes de economia.

¹² Stigler (1981, p. 176). Mais adiante, Stigler sustenta que "a hipótese da maximização da utilidade é... difícil de testar, não tanto devido a suas próprias ambigüidades como ao fato de que não há um corpo de crenças éticas geralmente aceitas cuja coerência com a hipótese possa ser testada" (pp. 189-90). Pode-se argumentar, porém, que se não houvesse ambigüidades na definição da hipótese

Stigler não nos esclarece sobre os fundamentos dessa sua previsão, exceto sua crença em que tal resultado "é o resultado prevalecente tal como observado por economistas não só numa grande variedade de fenômenos econômicos, mas também em suas pesquisas sobre o casamento, a gravidez, o crime, a religião e outros comportamentos sociais" (p. 176). O fato, porém, é que há poucos testes empíricos desse tipo, seja na economia, seja em outras esferas do comportamento como relações maritais ou conduta religiosa, apesar dos pronunciamentos muito interessantes do ponto de vista analítico por parte de alguns teóricos¹³. Manifestação de convicções são abundantes, mas descobertas fatuais são raras. As asserções de que "a teoria do interesse próprio vencerá" tem-se baseado, tipicamente, em certas teorizações especiais, e não em verificações empíricas.

Algumas vezes a defesa da presunção da ação em interesse próprio parece basear-se nos seus resultados esperados; o argumento é o de que isso levaria a resultados eficientes. O sucesso de algumas economias de mercado, como o Japão, em termos de eficiência, também tem sido citado como evidência da correção da teoria do interesse próprio. Contudo, o sucesso do mercado livre não nos diz absolutamente nada sobre a *motivação* dos agentes em tal economia. Na verdade, no caso do Japão há fortes evidências empíricas no sentido de sugerir que o afastamento sistemático do comportamento egoísta em direção ao dever, à lealdade e à boa vontade desempenharam um papel substantivo no sucesso industrial¹⁴. O que Michio Morishima (1982) denomina "o ethos japonês" é certamente difícil de acomodar no quadro simples do comportamento egoísta (mesmo levando-se em conta os efeitos indiretos, aos quais Stigler se

da "maximização da utilidade", seria possível testar os resultados dessa hipótese *vis-à-vis* orientações *direcionais* contrárias, isto é, direcionadas aos interesses de outros. Pode-se argumentar também que o teste para determinar se a hipótese da maximização da utilidade, se inambígua, é correta ou não, não requer que a contrastemos a um "corpo de crenças éticas geralmente aceitas" particular.

¹³Sobre esse ponto, ver Becker (1976, 1981), Posner (1977, 1980), Grossbard (1980), Radnitzky e Bernholz (1985).

¹⁴A importância do comportamento baseado em normas no Japão pode ser observado não apenas na esfera econômica mas também em outras esferas da vida social, como por exemplo no hábito de não jogar papel, embalagens etc., nas ruas, na pequena freqüência da litígios, no número inusualmente pequeno de advogados e na baixa taxa de criminalidade em comparação com outros países de renda pessoal semelhante.

refere corretamente). Assistimos hoje, na verdade, ao desenvolvimento de toda uma gama de teorias alternativas sobre comportamento econômico e sucesso industrial, baseadas em estudos comparativos sobre sociedades caracterizadas por diferentes sistemas de valores (a sugestão feita em 1984 por Ronald Dore a respeito do que ele chamou "a receita confuciana do sucesso industrial" é um exemplo interessante dessas teorias alternativas)¹⁵.

Vale a pena observar, mesmo correndo o risco de dizer o óbvio, que negar que as pessoas sempre se comportam de maneira exclusivamente referida ao próprio interesse não corresponde à afirmação de que elas *sempre* agem desinteressadamente. Seria extraordinário se o interesse próprio não desempenhasse um papel importante em muitas decisões; na verdade, as transações econômicas normais se interromperiam se a busca do interesse próprio não tivesse nenhum papel substantivo nas nossas escolhas (sobre esse ponto, ver Sen 1983b). A questão central é saber se há uma pluralidade de motivos ou se *apenas* o egoísmo motiva os seres humanos.

Um segundo esclarecimento refere-se ao fato de que o contraste não se estabelece necessariamente entre o interesse próprio, de um lado, e algum tipo de consideração geral por todos os demais, de outro. A dicotomia tradicional entre "egoísmo" e "altruísmo" (ver Sidgwick, 1874, e Edgeworth, 1881) leva a erros de vários tipos, inclusive o de não considerar o fato de que grupos intermediários entre o indivíduo e todos os demais – tais como as classes, as comunidades ou grupos profissionais – constituem referência de muitas ações envolvendo um comportamento compromissado. Os membros de cada grupo podem ter interesses em parte comuns, em parte conflitantes. Ações baseadas na lealdade de grupo podem envolver, em certos aspectos, um sacrifício de interesses puramente pessoais, assim como também podem facilitar, em outros aspectos, a realização mais plena de interesses pessoais. O peso relativo de cada elemento pode variar. Os elementos de compatibilidade podem ser, por exemplo,

¹⁵ A perspectiva evolucionista é importante nesse contexto. Ver, sobre isso, Hick (1969), Hirschleifer (1977, 1985), Guha (1981), Schotter (1981, 1985), Nelson e Winter (1982), Helm (1984a), Matthews (1984). Na literatura sobre biologia, ver Maynard Smith (1982), ademais de Dawkins (1976, 1982) e Wilson (1978, 1980). O simples argumento da seleção natural aplicado à seleção de firmas maximizadoras de lucros (ver, por exemplo, Driedman, 1953) requer substanciais modificações em virtude da reconhecida complexidade do processo de evolução.

dominantes em ações colusivas de grupos de pressão visando concessões que respondam aos interesses de todos os seus membros¹⁶, mesmo que muitos membros estejam dispostos a sacrificar algumas vantagens *personais* em prol da "causa" do grupo. Em outras relações, como no caso de muitas obrigações familiares, o sacrifício pode ser muito grande¹⁷. A combinação de egoísmo e comportamento desinteressado é uma das características importantes da lealdade ao grupo, e essa mistura pode ser observada numa grande variedade de associações, desde relações de parentesco e de comunidade até sindicatos e grupos de pressão econômica¹⁸.

É importante distinguir duas questões diferentes no problema do comportamento referido ao interesse próprio. A primeira questão é a de saber se as pessoas *realmente* comportam-se exclusivamente em interesse próprio. A segunda questão é a seguinte: se as pessoas se comportassem exclusivamente por referência ao próprio interesse, obteriam elas certos êxitos específicos, como a eficiência desse ou daquele tipo?¹⁹ Ambas as

¹⁶Ver, por exemplo, Aumann e Kurz (1977), Becker (1983), Lindbeck (1985). Ver também Frey (1983).

¹⁷As relações familiares tradicionais exigiam sacrifícios assimétricos por parte de alguns membros, em especial das mulheres. A sobrevivência dessas tradições foi muitas vezes facilitada pela aceitação de uma espécie particular de "ética" na qual grandes desigualdades em termos de padrão de vida podem não parecer inaceitáveis e, por vezes, podem não ser conscientemente reconhecidas e submetidas a avaliação e aceitação. A questão da percepção é central no entendimento do viés de gênero em sociedades tradicionais, e o questionamento ético da moralidade tradicional requer alguns argumentos cognitivos. Tentei discutir essas questões factuais e morais interligadas à luz da experiência indiana em Sen (1984a, 1985b, 1985f). Ver também Kynch e Sen (1983).

¹⁸O assim chamado "ethos japonês" (Morishima, 1982; Dore, 1983) reflete um caso especial de lealdade de grupo de uma espécie que pode ser observada em maior ou menor extensão em diversos tipos de atividade econômica envolvendo trabalho de equipe.

¹⁹As duas principais definições de eficiência utilizadas na economia são, respectivamente: (1) a "eficiência", segundo a qual nenhum aumento de qualquer produção (*output*) pode ser produzido sem produzir menos de qualquer outro *output* (considerando-se os *inputs* como *outputs* negativos); e (2) a "eficiência econômica", identificada ao "ótimo de Pareto", segundo o qual ninguém pode ter sua situação melhorada sem piorar a situação de outrem. No capítulo 2 examino criticamente a idéia de "eficiência econômica".

proposições foram atribuídas a Adam Smith²⁰. Mas na verdade há poucas evidências de que ele acreditasse em qualquer das duas, contrariamente às referências constantes à visão "smithiana" da ubiquidade e eficiência do comportamento auto-interessado. A questão merece ser discutida, tanto porque Smith foi um autor central na origem da economia como porque sua análise do problema é, de fato, iluminadora e útil.

ADAM SMITH E O INTERESSE PRÓPRIO

No seu agradável ensaio "Smith's Travel on the Ship of the State", George Stigler começa com uma interpretação da observação de Smith de que "embora os princípios da *prudência* comum nem sempre governem a conduta de cada indivíduo, eles sempre influenciam a conduta da maioria das pessoas de cada classe ou ordem". A interpretação de Stigler é de que essa observação significa que "o interesse próprio domina a maioria

²⁰A segunda proposição foi objeto dos versos bem-humorados de Stephen Leacock:

"Adam. Adam, Adam Smith
Listen what I charge you with!
Didn't you say
In the class one day
That selfishness was bound to pay?
Of all doctrines that was the Pith
Wasn't it, wasn't it, wasn't it, Smith?

(Adam, Adam, Adam Smith,
Ouça o que tenho contra você!
Você não disse
Outro dia na sala de aula,
Que o egoísmo é vantajoso?
De todas as doutrinas essa era a essência,
Não era, não era, não era, Smith?
(Mead e Cia, 1936, p. 75)

Sou grato ao professor Elspeth Rostow por chamar minha atenção para essa incisiva versão de uma interpretação generalizada de Adam Smith.

dos homens"²¹. Smith explica no seu livro (*The Theory of Moral Sentiments*) que a prudência é "a união das duas qualidades da razão e do entendimento, de um lado, e do "auto-controle do outro" (Smith, 1790, p. 189). A noção de "auto-controle", que Smith tomou emprestada dos estóicos²², não é de modo nenhum idêntica à de "interesse próprio" ou à noção smithiana de "amor de si próprio".

De fato, as raízes estóicas do entendimento smithiano dos "sentimentos morais" também esclarecem por que a compaixão e a auto-disciplina desempenharam um papel tão importante na sua concepção do bom comportamento²³. Como disse o próprio Smith, "o homem, segundo os estóicos, não deveria ver-se a si próprio como algo separado e desvinculado, mas como um cidadão do mundo, como um membro da vasta comunidade da natureza", e no interesse dessa grande comunidade, deveria estar permanentemente disposto a sacrificar seu pequeno interesse próprio" (p. 140). Embora a prudência vá muito além da maximização do interesse próprio, Smith considerava-a em geral apenas aquela que, "entre todas as virtudes, é a mais favorável ao indivíduo", ao passo que "a humanidade, a justiça, a generosidade e o espírito público são as qualidades mais favoráveis aos outros". (Smith, 1790, p. 189).

É instrutivo examinar como a defesa que Smith faz da "compaixão" somando-se à "prudência" (incluindo o auto-controle"), foi desconsiderada nos escritos de muitos economistas que se arvoraram em campeões da posição "smithiana" do interesse próprio e suas conquistas. É verdade que Smith percebeu, como qualquer um perceberia, que muitas das nossas ações são guiadas pelo interesse próprio, e que algumas delas produzem, de fato, bons resultados. Uma das passagens de Adam Smith que tem sido incessantemente citada pelos smithianos modernos é a seguinte: "Não é à benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja ou do padeiro que devemos nosso jantar, mas à busca por eles do seu próprio interesse. Não nos dirigimos nunca à sua humanidade, mas ao amor que têm

²¹Stigler (1975, p. 27); itálicos do autor.

²²Sobre a influência dos pensadores estóicos em Adam Smith, ver Raphael e Macfie (1976, pp. 5-11), e, é claro, as próprias referências de Smith (1790) sobre a literatura estóica.

²³Sobre o papel crucial da auto-disciplina, particularmente na supressão das emoções na visão estóica da ética, ver Nussbaum (1986b).

por si próprios, e nunca falamos a eles das nossas necessidades, mas das suas vantagens" (Smith, 1776, pp. 26-7).

Muitos admiradores de Smith parecem não ir além dessa referência ao açougueiro e ao fabricante de cerveja; mesmo uma leitura atenta dessa passagem indicaria, porém, que Smith está especificando aqui por que e como as transações normais do mercado são realizadas, e por que e como a divisão do trabalho opera: esse é o tema do capítulo em que se encontram essas passagens. Mas a observação de Smith de que trocas mutuamente vantajosas são muito comuns não significa que para ele o amor de si próprio, ou mesmo a prudência em sentido amplo, fosse suficiente para a boa sociedade. Na verdade, ele sustentava a posição contrária. Ele não fundava a salvação econômica numa motivação única.

Nesse sentido, Smith criticou Epicuro por tentar reduzir a virtude à prudência, e aproveitou a ocasião para criticar os "filósofos" por tentar reduzir tudo a uma virtude única:

"Sintetizando as diferentes virtudes nessa espécie única, Epicuro cedeu a uma propensão que é natural nos homens, mas que os filósofos, em particular, cultivam com peculiar afeição como a maneira por excelência de exibir seu engenho, qual seja, a propensão a explicar todas as aparências a partir do menor número possível de princípios."

(Smith 1790, p. 299)

É irônico que essa "peculiar afeição" tenha sido atribuída ao próprio Smith pelos seus admiradores super-entusiasmados, que vêem nele o guru do interesse próprio (contrariando o que o próprio Smith disse)²⁴.

A atitude de Smith com relação ao "amor de si próprio" tem algo em comum com a atitude de Edgeworth, para quem o "cálculo econômico", por oposição à avaliação ética, é particularmente relevante para duas atividades específicas, a saber

²⁴ Discuti a natureza dessa interpretação errônea num trabalho intitulado "A Prudência da Adam Smith", Sen (1986b). Ver também Winch (1978) e Brennan e Lomasky (1986). Sobre pontos relacionados a essa questão, ver Hollander (1973), Raphael (1985), Skinner e Wilson (1975), Rosenberg (1984).

"a guerra e o contrato"²⁵. A referência ao contrato é precisamente similar à referência de Smith ao comércio, pois o comércio se desenvolve com base em contratos (explícitos ou implícitos) mutuamente vantajosos. Mas há muitas outras atividades no âmbito da economia e fora dela em que a mera busca do interesse próprio não aparece como a grande solução, e Smith não atribuiu, de modo geral, um papel superior à busca do interesse próprio em nenhum dos seus escritos. A defesa do comportamento referido ao auto-interesse ocorre em contextos específicos, relacionados particularmente às várias barreiras burocráticas e outras restrições às transações econômicas do seu tempo que dificultavam e impediam a produção²⁶.

Um tema específico no qual a análise econômica de Smith foi amplamente mal interpretada é o da falta de alimentos e da fome. Essa questão relaciona-se apenas indiretamente ao motivo do lucro. Smith argumentou que, embora os comerciantes sejam freqüentemente acusados de causar a falta de alimentos, eles de fato não a causam, pois a falta de alimentos usualmente é consequência do que ele chamou "carência real" (Smith, 1776, p. 526). Ele se opunha à supressão ou à restrição do comércio. Mas isso não significa que ele fosse contra a ajuda pública aos pobres. De fato, diferentemente de Malthus, Smith não se opôs às *Poor Laws*, embora as tenha criticado pelo rigor e pela natureza contraproducente de algumas de suas disposições com respeito aos próprios beneficiários (pp. 152-4).

Além disso Smith também discutiu, na *Riqueza das Nações*, a possibilidade de que a falta de alimentos decorresse de

²⁵Edgeworth (1881, p. 52). Como um bom utilitarista, esse autor refere-se ao utilitarismo apenas como um possível enfoque ético, mas sua oposição geral entre cálculos referidos ao interesse próprio e éticos são bastante claros. Ver também Collard (1975).

²⁶Smith enfatizou claramente a contemporaneidade de muitas das suas preocupações. Com efeito, ele parece ter-se clinicamente preocupado com evitar que o contexto temporal de suas observações não fossem mal interpretados. A "advertência" da terceira edição da *Riqueza das Nações* foi quase inteiramente dedicada ao esclarecimento do contexto temporal da sua referência ao "presente estado de coisas". "A primeira edição do presente trabalho foi impressa no final de 1775 e início de 1776. Na maior parte do livro, portanto, toda vez que o presente estado de coisas é mencionado, ele deve ser entendido com respeito ao estado de coisas de então, seja referente àquele tempo seja a períodos anteriores ao da composição do livro. A essa terceira edição, todavia, eu fiz várias adições... Em todas essas adições, o *presente estado de coisas* significa sempre a situação no ano de 1783 e no começo do presente ano de 1784" (na edição de Campbell e Skinner, Smith 1776, p. 8).

um processo econômico envolvendo o mecanismo de mercado, e não de uma “carência real” gerada por um declínio da produção de alimentos como tal²⁷.

“Mas a situação seria outra num país onde os fundos destinados à manutenção do trabalho declinassem sensivelmente. A cada ano, a demanda de serviços e trabalhadores, em todas as diversas classes de ocupações, seria menor do que a do ano anterior. Muitos trabalhadores formados em classes superiores de ocupação, sem achar emprego no seu próprio nível, ficariam contentes em empregar-se em níveis inferiores. A classe inferior, ademais do excesso de seus próprios trabalhadores, recebe os excedentes das outras classes, e em consequência disso, nela a competição pelos empregos torna-se tão intensa que o salário do trabalho reduz-se ao nível da mais miserável e ínfima subsistência do trabalhador. Muitos não conseguem emprego mesmo em termos tão desfavoráveis, passando fome ou buscando sobreviver através da mendicância ou talvez dos maiores crimes. Necessidades, falta de alimentos e mortalidade prevalecem nessa classe, e daí estendem-se a todas as classes superiores.”

(Smith 1776, pp. 90-1)

Nessa análise, as pessoas são levadas à fome e à carência geral mediante um processo sobre o qual elas próprias têm pouco controle. Não obstante Smith tenha sido frequentemente citado por administradores do império para justificar sua recusa em intervir em situações de fome em diversos países, como a Irlanda, a Índia e a China, nada indica que a sua concepção ética desaconselhasse a intervenção em favor das legítimas demandas dos pobres. Embora ele certamente se opusesse à supressão do comércio, sua indicação de que o desemprego e os baixos salários são causas da fome sugere diversas respostas em termos de políticas públicas²⁸.

²⁷A complexa análise smithiana das causas da falta de alimentos foi discutida em Sen (1986a).

²⁸Pode-se arguir que a incapacidade de adquirir alimentos suficientes deva-se seja à “incapacidade de adquirir” (“pull failure”) (em consequência, por exemplo, da queda de renda decorrente de desemprego ou do declínio dos salários reais) seja

A interpretação errônea da complexa posição smithiana com respeito à motivação e aos mercados, bem como o desprezo de sua análise ética dos sentimentos e do comportamento, são coerentes com o distanciamento entre a economia e a ética no desenvolvimento da economia moderna. As contribuições de Smith, na verdade, são pioneiras na análise da natureza das trocas mutuamente vantajosas e do valor (*value*) da divisão do trabalho, e posto que essas contribuições são perfeitamente coerentes com o comportamento humano destituído de amistosidade e de ética, compreende-se que as referências a esses aspectos do seu trabalho tenham sido tão freqüentes e exuberantes. Outras partes dos escritos de Smith sobre a economia e a sociedade, dedicadas ao exame da miséria, da necessidade de compaixão, do papel das considerações éticas no comportamento humano, e em particular a utilização de normas de comportamento foram relativamente desprezadas na medida em que essas considerações saíram de moda no campo da economia.

O apoio que os defensores do comportamento referido ao interesse próprio esperam de Adam Smith não pode, na verdade, ser fornecido por uma leitura mais ampla e menos enviesada da sua obra. Smith, o professor de filosofia moral e o economista pioneiro, não levou uma vida espetacularmente esquizofrênica. De fato, é precisamente no estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos

à "incapacidade de atendimento", ("response failure") (como, por exemplo, no caso de os comerciantes manipularem o mercado, daí resultando que a demanda não seja adequadamente atendida e que os lucros deçorram da capacidade de evitar as condições de mercado). A análise smithiana da falta de alimentos torna claro que ele não questionava a possibilidade da fome resultar da "incapacidade de adquirir"; ele rejeitava, porém, a plausibilidade da "incapacidade de atendimento". Pode-se sustentar, portanto, que a verdadeira posição smithiana com respeito à política de combate à fome não é a da inação, mas o reconhecimento de direitos dos grupos afetados à criação de fontes de rendimento suplementares, deixando ao mercado o atendimento da demanda resultante dos rendimentos criados para atender àqueles grupos. Essa análise incide sobre os debates políticos atuais, sugerindo uma política mais orientada para a produção (não apenas de alimentos, mas de outras mercadorias que podem ser trocadas por alimentos) ao invés de políticas meramente assistenciais. No que diz respeito a políticas assistenciais de curto prazo, sugere a superioridade do auxílio em dinheiro no local de trabalho e de vida, combinado com o incremento da oferta de alimentos, ao invés da tentativa, por parte do Estado, de solucionar o problema logístico de transferir tanto as vítimas da fome como os alimentos para campos de refugiados. A análise de Smith permanece relevante para avaliar os méritos e deméritos dessas várias políticas alternativas. Eu discuti essas opções políticas (e a relevância da análise econômica de Smith para os debates atuais) em Sen (1986a).

que reside uma das maiores deficiências da teoria econômica contemporânea. Esse empobrecimento relaciona-se de perto ao distanciamento entre economia e ética. Desenvolverei essa questão na terceira conferência.

Uma outra consequência séria desse distanciamento é o debilitamento do alcance e da relevância da economia do bem-estar. Esse será o tema da segunda conferência.

AMARTYA SEN é professor de Economia e Filosofia na Universidade de Harvard.

BIBLIOGRAFIA

- AIZERMAN, M.A., "New problems in the general choice theory: review of a research trend", in *Social choice and Welfare*, 2, 1985.
- AKERLOF, G.A., *An Economic Theorist's Book of Tales*, Cambridge, University Press, 1984.
- AKERLOF, G.A., e Dickens, W.T., "The economic consequences of cognitive dissonance", in *American Economic Review*, 72, 1982.
- ARISTOTLE, *Politics*: Tradução inglesa, Barker, 1958. Tradução em português: Ética a Nicômaco, Ed. Universidade de Brasília-UnBm Coleção Biblioteca Clássica, nº 9, 1985, tradução de N.J. Kury.
- AUMANN, R.J. e Kurz, M., "Power and taxes", in *Econometrica*, 45, 1977.
- BAIER, K., "Rationality and morality", in *Erkenntnis*, 11, 1977.
- BECKER, G.S., *The Economic Approach to Human Behaviour*, Chicago, University Press, 1976.
- BECKER, G.S., *A Treatise on the Family*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1981.
- BECKER, G.S., "The theory of competition among pressure groups for political influence", in *Quarterly Journal of Economics*, 98, 1983.
- BELL, D. e Kristol, I., *The Crisis in Economic Theory*, New York, Basic Books, 1981.
- BLAUG, M., *The Methodology of Economics*, Cambridge, University Press, 1980.
- BRENNAN, G. e Lomasky, L., "The impartial spectator goes to Washington: Toward a Smithian theory of electoral behavior", in *Economics and Philosophy*, 1, 1985.
- BROOME, J., "Choice and value in economics", in *Oxford Economic Papers*, 30, 1978.
- COLARD, D., "Edgeworth's propositions on altruism", in *Economic Journal*, 85, 1975.
- COLLARD, D., *Altruism and Economy*, Oxford, Martin Robertson, 1978.
- DASGUPTA, A.K., *Epochs of Economic Theory*, Oxford, Blackwell, 1985.
- DAVIDSON, D., *Essays on Actions and Events*, Oxford, Clarendon Press, 1985a.
- DAWKINS, R., *The Selfish Gene*, Oxford, Clarendon Press, 1976.
- DAEKINS, R., *The Extended Phenotype*, Oxford, Clarendon Pres, 1982.
- DEBREU, G., *Theory of Value*, New York, Wiley, 1959.
- DIWAN, R. e Lutz, M., *Essays in Gandhian Economics*, New Delhi, Gandhi Peace Foundation, 1985.
- DORE, R., "Goodwill and the spirit of market capitalism", in *British Journal of Sociology*, 3 4, 1983.
- DOUGLAS, J., *Why Charity? The Case for a Third Sector*, London, Sage, 1983.

- EDGEWORTH, F., *Mathematical Psychics: An Essay on the Application of Mathematics to the Moral Sciences*, London, Kegan Paul, 1881.
- ELSTER, J., *Logic and Society*, New York, Wiley, 1978.
- ELSTER, J., *Ulysses and the Sirens*, Cambridge, University Press, 1979.
- ELSTER, J., *Sour Grapes*, Cambridge, University Press, 1983.
- FISHBURN, P.C., "Choice function on finite sets", in *International Economic Review*, 15, 1974.
- FRANK, R.H., *Choosing the Right Pond*, New York, Oxford University Press, 1985.
- FRIEDMAN, M., *Essays in Positive Economics*, Chicago, University Press, 1953.
- FROHLICK, H. e Oppenheimer, J.A., "Beyond economic man", in *Journal of Conflict Resolution*, 28, 1984.
- GEORGE, D., "Meta-Preferences: reconsidering cotemporary notions of free choice", in, J.C.O'Brien, (org), *Festschrift in Honor of George F. Robrlich*, Volume III, Bradford, MCB University Press, 1984.
- GROSSBARD, A., "The economics of polygomy", in J. Simon e J. Davanzo (orgs.), *Research in Population Economy*, vol. 2, Greenwich, Conn., JAI Press, 1980.
- GUHA, A.S., *An Evoluntary View of Economic Growth*, Oxford, Carendon Press, 1981.
- HAHN, F. e Hollis, M. (orgs.), *Philosophy and Economic Theory*, Oxford, University Press, 1979.
- HANSSON, B., "The measurement of social inequality", in R. Butts e J. Hintikka (orgs.), *Logic, Methodology and Philosophy of Science* Dordrecht, Reidel, 1977.
- HELM, D., "Predictions and causes: a comparison of Friedman and Hicks on methods", in *Oxford Economic Papers*, 36, 1984.
- HERZBERGER, H., "Ordinal preference and rational choice", in *Econometrica*, 41, 1973.
- HICKS, J.R., *A Theory of Economic History*, Oxford, Clarendon Press, 1969.
- HICKS, J.R., "Preference and Welfare", in *Mitra*, 1974.
- HICKS, J.R., *Wealth and Welfare*, Oxford, Blackwell, 1981.
- HICKS, J.R., "A discipline not a science", in J.R. Hicks (org.), *Classics and Moderns*, Oxford Blackwell, 1983.
- HINDESS, B., "Rational choice theory and the analysis of political action", in *Economy and Society*, 13, 1983.
- HIRSCH, F., *Social Limits to Growth*, London, Routledge, 1977.
- HIRSHLEIFER, J., "Economics from a Biological Viewpoint", in *Journal of law and Economics*, 20, 1977.
- HIRSHLEIFER, J., "The expanding domain of economics", in *American Economic Review*, 75, 1985.
- HIRSCHMAN, A.O., *Exil, voice and Loyalty*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970.
- HIRSCHMAN, A.O., *The Passions and the Interests: Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Princenton, University Press, 1977.
- HIRSCHMAN, A.O., *Shifting Involvements*, Princenton, University Press, 1982.
- HIRSCHMAN, A.O., "Against partsimony: three easy ways of complication some categories of economic discourse", in *American Economic Review*, 74, 1984, versão resumida de Hirschman em 1985.
- HIRSCHMAN, A.O., "Against parsimony: three easy ways of complicating some categories of economic discourse", in *Economics and Philosophy*, 7, 1985. (texto completo resumido em Hirschman, 1984).
- HOLLANDER, S., *The Economics of Adam Smith*, Toronto, 1973.
- HOLLIS, M., "Rational man and social science", in *Harrison*, 1979.
- HOLLIS, M., "Economic man and the original sin", in *Political Studies*, 29, 1981.

- HOLLIS, M. e Nell, E.J., *Rational Economic Man*, Cambridge University Press, 1975.
- KELLY, J.S., *Arrow Impossibility Theorems*, New York, Academic Press, 1978.
- KORNAY, J., *Anti-Equilibrium*, Amsterdam, North-Holland, 1971.
- KORNAI, J., *Contradictions and Dilemmas*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1985.
- KRISHNA Rao, M.V., *Studies in Kautilya*. New Delhi, Munshiram Manoharlal, 1979.
- KYNCH, J., e Sen, A., "Indian women: well-being and survival", in *Cambridge Journal of Economics*, 7, 1983.
- LATSIS, S.J. (org), *Method and appraisal in Economics*, Cambridge, University Press, 1976.
- LEIBENTEIN, H., *Beyond Economic Man*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1976.
- MCLOSKEY, D.N., *The Rhetoric of Economics*, Madison, University of Wisconsin Press, 1985.
- MCPHERSON, M.S., "Mill's moral theory and the problem of preference change", in *Ethics*, 1982.
- MCPHERSON, M.S., "Economics on Hirschman, Schelling and Sen", in *Partisan Review*, 41, 1984.
- MAJUMBAR, T., "The rationality of changing choice", in *Analyse und Kritik*, 2, 1980.
- MARGOLIS, H., *Selfishness Altruism and Rationality*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- MATTHEWS, R.C.O., "Darwinism and economic change", in *Oxford Economic Papers*, 6, 1984.
- MAYNARD SMITH, J., *Evolution and the theory of games*, Cambridge, University Press, 1982.
- MORISHIMA, M., *Why Has Japan "Succeeded"? Western Technology Japanese Ethos*, Cambridge, University Press, 1982.
- NAGEL, T., *The Possibility of Altruism*, Oxford, Clarendon Press, 1970.
- NELSON, R.R. e Winter, S.G., *An Evolutionary Theory of Economic Change* Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1982.
- NUSSBAUM, M.C., *The Therapy of Desire*, 1986b.
- PARFIT, D., *Reasons and Persons*, Oxford, Clarendon Press, 1984.
- PATTANAIK, P.K., "A note on the rationality of becoming and revealed preference", in *Analyse und Kritik*, 2, 1980.
- POSNER, R.A., *The Economic Analysis of Law*, Boston, Little, Brown, 1977.
- POSNER, R.A., "A theory of primitive society with special reference to law", in *Journal of Law and Economics*, 23, 1980.
- PUTTERMAN, L., "On optimality of collective institutional choice", in *Journal of Comparative Economics*, 5, 1986.
- PUTTERMAN, L., *Peasants, collectives, and choice*, Greenwich, Conn, JAI Press, 1986.
- RADNITSKY, G. e Bernholz, P (org), *Economic Imperialism: The Economic Approach Applied Outside the Traditional Areas Economics*, New York, Paragon House, 1985.
- RAMASWANY, T.N. *Essentials of Indian Statecraft*, London, Asia Publishing House, 1962.
- RAPHAEL, D.D., *Adam Smith*, Oxford, University Press, 1985.
- RAPHAEL, D.D. e Macfie, A.L., Introduction. In their edited, in *The Theory of Moral Sentiments*, by Adam Smith, Oxford, Clarendon Press, 1976.
- ROBBINS, L. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 2ª edição, London, Macmillan, 1935.
- ROBINSON, J., *Economic Philosophy*, London, Watts, 1962.
- ROSE-ACKERMAN, S., *Corruption: A Study in Political Economy*, New York, Academic Press, 1978.

- ROSENBERG, N., *Adam Smith and stock of moral capital*, Mimeo, Stanford University.
- SHELLING, T.C., *Micromotives and Macrobehavior*, New York, Norton, 1978.
- SHELLING, T.C. "Self-command in practice, in policy, and in theory of rational choice", in *American Economic Review*, 74, 1984.
- SCHICK, F., *Having Reasons on Rationality and Sociality*, Princeton, University Press, 1984.
- SCHOTTER, A., *The Economic Theory of Social Institutions*, Cambridge University Press, 1981.
- SCHOTTER, A., *Free Market Economics: A Critical Appraisal*, New York St. Martin's Press, 1985.
- SCHWARTZ, T., *The Logic of Collective Choice*. New York, Columbia University Press, 1986.
- SCITOVSKY, T., *The Joyless Economic*, New York, Oxford, University Press, 1976.
- SEN, A.K., "Labour allocation in a cooperative enterprise" in *Review of Economic Studies*, 3, reprinted in Sen (1984a), 1966.
- SEN, A.K., "Choice functions and revealed preference" in *Review of Economic Studies*, 8, reprinted in Sen (1982a), 1971.
- SEN, A.K., "Behaviour and the concept of preference" in *Economica*, 40, reprinted in Sen (1982a), 1973a.
- SEN, A.K., "Choice, ordering and Morality" in *Korner* (1974a), reprinted in Sen (1982), 1974.
- SEN, A.K. "Social choice theory: a re-examination" in *Econometrica*, 45, reprinted in Sen (1982a), 1977a.
- SEN, A.K. "Rational fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory" in *Philosophy and Public Affairs*, 6, reprinted in Sen (1982a), 1977c.
- SEN, A.K., "Evaluator relativity and consequential evaluation" in *Philosophy and Public Affairs*, 12, 1983.
- SEN, A.K., *Resources, Values and Development Review*, Oxford, Blackwell, and Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1984a.
- SEN, A.K., "Rationality and uncertainty" in *Theory and Decision*, 18 also in Daboni, Montesano and Lines (1986), 1985a.
- SEN, A.K., "Women, technology and sexual division" in *Trade and Development*, 6, 1985f.
- SEN, A.K., "Food, economics and entitlements. Elmhirst lecture", in *Lloyds Bank Review*, 160, 1986a.
- SEN, A.K., "Adam Smith's prudence" in S. Lall and F. Stewart (eds), *Theory and Reality in Development*, London, Macmillan, 1986b.
- SHAMA SASTRY, R., *Kautilya's Arthasāstra, Mysore: Mysore Printing and Publishing House*, 1967.
- SIL, N.P., *Kautilya's Arthasāstra*, Calcuta, Academic Publishers, 1985.
- SIMON, H.A., *Models of Thought*, New Haven, Yale University Press, 1979.
- SMITH, A. *An Inquiry into Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Reprinted R.H. Campbell and A.S. Skinner (eds), Oxford, Clarendon Press, 1776.
- SMITH, A., *The Theory of Moral Sentiments* revised edition, Reprinte D.D. Raphael and A.L. Macfie (eds), Oxford, Clarendon Press, 1975, 1790.
- SOLOW, R.M., "On Theories of Unemployment" in *American Economic Review*, 70, 1980.
- STEDMAN, I. and Krause, U., "Goethe's Faust. Arrow's possibility theorem and the individual decision taker." in J. Elster (ed.) in *The Multiple Self*, Cambridge, University Press, 1986.
- STIGLER, G.J., "Smith's travel on the ship of the state". In Skinner and Wilson, 1975.

- STIGLER, G.L., "Economics or ethics?" In S. McMurrin (ed), *Ianner Lectures on Human Values*, vol. 11, Cambridge, University Press, 1981.
- SUZUMURA, K., *Rational Choice, Collective Decisions, and Social Welfare*, Cambridge, University Press, 1983.
- ULLMANN-MARGALITT, E., *The Emergence of Norms*. Oxford, Claredon Press, 1977.
- VAM DER VEEN, R.J. "Meta-rankings and collective optimality in *Social Science Information*, 20, 1981.
- WARD, B. *What's Wrong with Economics?*, London, Macmillan, 1972.
- WILLIAMS, B.A.O., *Moral Luck*, Cambridge, University Press, 1981.
- WILSON, E.O., *On Human Nature*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1978.
- WILSON, E.O., Comparative Social Theory, in McMurrin, 1980.
- WINCH, D., *Adam Smith's Politics*, Cambridge, University Press, 1978.
- WINSTON, G.C. "Addiction and back-sliding: a theory of compulsive consumption in *Journal of Economic Behaviour and Organisation*, 1, 1980.
- WONG, S., *Foundations of Paul Samuelson's Revealed Preference Theory* London, Routledge & Kegan Paul, 1978.
- WOO, H.K.H., *What's Wrong with Formalization in Economics?* Newark, Cal., Victoria Press, 1986.